UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RUTHE VIANA DE ALMEIDA

A ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DURANTE A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

JOÃO PESSOA

2020

RUTHE VIANA DE ALMEIDA

A ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DURANTE A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Área de concentração: Relações Internacionais

Aprovada em 02/10/2020

BANCA EXAMINADORA

Mônica de Lourdes Neves Santana

Profª. Drª MONICA DE LOURDES NEVES SANTANA (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Silvia G. Nogueira

Profª. Drª. SILVIA GARCIA NOGUEIRA

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LUCILA GABRIELLA MACIEL CARNEIRO VILHENA:04753882170 Assinado de forma digital por LUCILA GABRIELLA MACIEL CARNEIRO Dados: 2020.10.03 13:47:52 -03'00'

Profª. Mª. LUCILA GABRIELA MACIEL CARNEIRO VILHENA

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447a Almeida, Ruthe Viana de.
A atuação do Sistema Internacional durante a descolonização de Angola [manuscrito] / Ruthe Viana de Almeida. - 2020.
42 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Descolonização Angolana. 2. Impacto internacional. 3. Inserção internacional. 4. Pós-Colonialismo. I. Título
21. ed. CDD 967.3

Elaborada por Elesbao S. Neto - CRB - 15/347 BSC5/UEPB

RUTHE VIANA DE ALMEIDA

A ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL DURANTE A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientadora: Profª. Drª Mônica de Lourdes Neves Santana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Ueliton e Rejania, por estarem sempre ao meu lado me incentivando e dando ânimo, acreditando no meu sonho e me fazendo acreditar que com esforço e persistência seria possível. Obrigado por não medirem esforços por mim, pelo carinho, pelos conselhos, pelas broncas também, pela compreensão com minhas ausências e por não desistirem de mim. São meus maiores exemplos e sou imensamente grata por tudo.

Agradeço também à minha orientadora, Prof.ª Mônica Santana, pela paciência, pelos conselhos, pela enorme contribuição durante a formulação deste trabalho, e pelo conhecimento transmitido durante o ano de orientação. Muito obrigada por me aceitar no seu PIBIC, e me ajudar a trabalhar com esse tema maravilhoso que é a África. Agradeço também aos professores e professoras: Felipe, Silvia, Luiza Rosa, Lucila, Alexandre, por despertarem questionamentos e fazerem da universidade um ambiente acolhedor e enriquecedor. Agradeço também a todos os meus amigos que me apoiaram e incentivaram a não desistir dos meus sonhos, a Walesson, Luiz, Laleska, Mariana Gadelha e Mayra.

“Mesmo desacreditado e ignorado por todos, não posso desistir,

pois para mim, vencer é nunca desistir”

Albert Einstein

RESUMO

Este artigo tenta compreender como iniciou o processo revolucionário angolano a partir da análise da Guerra de Independência e da Guerra Civil dentre os períodos de 1960 a 2002 e como foi o processo de inserção angolano no Sistema Internacional. Ademais, explica a gênese das disputas entre os três principais Movimentos de Libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA), e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, no sentido de se unirem e formarem uma única força política e militar, a qual acabaram por atrair interesse tanto dos EUA, URSS, Cuba, África do Sul, e outros. Para tal, se realiza uma pesquisa de caráter exploratório acerca da análise dos acontecimentos desde a colonização, dos aspectos políticos e como esses impactaram na Angola-colônia. Delimitando os objetivos específicos em: explicar o conceito de colonização, descrever o início da colonização Angolana e analisar a razão dos angolanos lutarem pela sua independência. Juntamente com a criação de grupos de libertação que foram incentivados/financiados por outros países, e quais impactos a atuação desses atores internacionais refletiram na Angola a partir de uma perspectiva Pós-Colonial.

Palavras Chaves: Descolonização Angolana. Impacto Internacional. Inserção Internacional. Pós-Colonialismo.

ABSTRACT

This article tries to understand how the Angolan revolutionary process started from the analysis of the War of Independence and the Civil War between the periods of 1960 to 2002 and how was the process of Angolan insertion in the International System. Furthermore, it explains the genesis of the disputes between the three main Liberation Movements in Angola (MPLA, FNLA and UNITA), and the difficulties faced by them, in terms of uniting and forming a single political and military force, which they ended up attracting interest from both the US, USSR, Cuba, South Africa, and others. To this end, an exploratory research is carried out on the analysis of events since colonization, political aspects and how they impacted Angola-colony. Outlining the specific objectives in: explaining the concept of colonization, describing the beginning of the Angolan colonization and analyzing the reason Angolans fought for their independence. Together with the creation of liberation groups that were encouraged / financed by other countries, and which impacts the performance of these international actors reflected in Angola from a Post-Colonial perspective.

Keywords: Angolan decolonization. International Impact. International insertion. Post-Colonialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 08

2. FATORES RELATIVOS À DESCOLONIZAÇÃO..... 11

3. PRINCIPAIS GRUPOS PRÓ-LIBERTAÇÃO 16

3.1 MPLA 17

3.2 FNLA 19

3.3 UNITA 20

4. PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA ANGOLANA 22

5. INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL 25

5.1 IMPACTO INTERNACIONAL……...……..... 28

5.2 ANÁLISE PÓS-COLONIAL……...……..... 30

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 34

REFERÊNCIAS 36

1.INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de independência angolana a qual desde o início da colonização portuguesa transformou-se em uma disputa de interesse nacional e internacional. Primeiramente pela interferência externa que desde 1878 após o tratado de Berlin[1] intensificou o número de disputas no continente africano. Posto que, com a divisão do continente africano entre as potências acabaram por misturar ou separar os povos da mesma etnia, ou até mesmo realocarem dois grupos rivais em um mesmo território (M'BOKOLO, 2009).

Ademais, conta-se com outro fator de forte influência que foi a Guerra Fria,[2] em que as potências envolvidas (EUA e URSS) tinham grandes interesses no continente: em razão de sua posição geográfica e pela busca de apoio às suas preferências ideológicas ocasionando em um aumento da polaridade na África e nos demais países envolvidos com as grandes potências (FILHO, 1994, p.8).

Em seguida, por fatores internos já que contavam com a existência de diversas etnias, religiões e diferentes valores culturais, ocasionou um aumento da instabilidade na colonização portuguesa, porque quanto mais etnias, maior era o número de grupos distintos, o que dificultava bastante a influência colonial e instigava os povos a lutarem pela autonomia do país (M'BOKOLO, 2009).

Todo esse interesse pela Angola, advinha "de suas fontes fartas de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) além de ser fornecedora de escravos e provedora de força de trabalho barata" (MEMMI, 1957, p.37).

Porém, por mais que estes grupos tenham em comum o interesse de ver o seu país livre da colonização, ao assinarem o Acordo de Alvor em 15 de janeiro de 1975, o cenário pacífico entre os grupos toma outro rumo. Depois de assinado o acordo com Portugal, constitui-se um governo provisório que planejava a independência de Angola para o dia 11 de novembro de 1975. Contudo, o acordo foi descumprido, por causa da interferência estadunidense e da URSS, que acabam espelhando o cenário do confronto Leste-Oeste em Angola, propiciando o momento perfeito para que o MPLA declarasse, unilateralmente, a

[1] A Conferência de Berlim, proposta pelo Chanceler alemão Otto von Bismarck (1815-1898), foi uma reunião entre países para dividir o continente africano.

[2] A Guerra Fria foi uma disputa entre as duas superpotências da época, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS).Um período de intensa hostilidade começando em 1947 e foi até 1989, o qual não contou com um conflito armado direto entre as duas potências, por isso o nome *Guerra Fria*, ou seja, o conflito não chegou a "esquentar" e ir para o campo de batalha (NYE, 2012).

independência da República Popular de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto (DELIBERALI, 2016).

Nesse ínterim, a independência ocasionou um acirramento das disputas entre os grupos de libertação conduzindo o Estado recém-independente a um contexto de Guerra Civil e de disputas entre a coroa portuguesa e a comunidade internacional, em especial com a África do Sul, já que a mesma dispunha de inúmeros recursos naturais e tinha uma importante extensão geográfica. Por isso todos os países queriam ter influência social ou acordos comerciais com a mesma para obter vantagens e ser um aliado estratégico nas conferências Internacionais (ALTMANN, 2010). Dessa forma, o processo de descolonização acompanhado de uma interferência internacional, tornou os procedimentos políticos ineficazes, já que, não veio acompanhado de uma emancipação econômica e cultural, transformando o que era para ser libertação em neocolonialismo[3] (FERREIRA, 1985).

Frente a esse cenário, este artigo propõe analisar como se iniciou o processo de descolonização da Angola e quais os impactos no sistema internacional ao receber a notícia da sua descolonização. Para isso, conta-se com estes objetivos específicos: 1. Descrever o histórico colonial que levou os angolanos a lutarem pela independência; 2. Estudar o processo de independência de Angola, com a criação dos grupos de libertação; 3.Analisar a atuação dos atores internacionais mediante a independência angolana; 4. Investigar as consequências da independência dentro do ambiente internacional; 5. Utilizar a Teoria Pós-Colonial para reinterpretar a descolonização angolana no cenário internacional. Posto que, acreditamos na construção de uma história mais próxima da realidade, uma nova interpretação de conflito Angolano, país esse, que foi refém dos indivíduos que tentaram subjugar o outro em busca de poder.

A presente pesquisa fundamenta-se através de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória acerca da análise dos acontecimentos desde a colonização dos aspectos políticos e como esses impactaram na Angola-colônia. Utiliza-se o método qualitativo para as análises políticas e sociais angolanas no período entre 1961-2002. Baseando-se em livros, especialmente de autores os quais abordam os estudos pós-coloniais, bem como artigos acadêmicos relacionados ao tema. Faz-se uso das abordagens Pós coloniais, como arcabouço teórico, para identificar em que medida Angola pode ser considerada um

[3] Dicionário: Neocolonialismo “Medidas econômicas e políticas com que uma potência mantém ou estende indiretamente sua influência sobre outras áreas ou povos”. Trata-se de uma reestruturação de práticas que ao invés de renovar, produz algo diferente que compõem um sistema de dominação política que usa como forma de coerção agenciamentos econômicos e financeiros (N'KRUMAH, 1967, p. 8)

sujeito pós- colonial, permitindo um novo olhar para o contexto histórico angolano, tornando possível novas representações e reinterpretações da história partindo da ótica do sujeito colonizado/ subalterno.

O trabalho está dividido em três seções além desta introdução e da conclusão. Na primeira sessão deste trabalho introduz-se o contexto histórico que sucedeu a descolonização, retratando o início da colonização, e os motivos que provocou o despertar da população angolana em derrubar o autoritarismo de Portugal e reivindicar sua independência.

A segunda sessão debruça-se em compreender o processo de descolonização evidenciando os motivos que tornaram necessária a luta pela libertação nacional e a criação dos movimentos de libertação. Ademais, relatará os argumentos e posições dos principais movimentos nacionalistas (FNLA, MPLA, UNITA).

Por fim, a análise do impacto internacional, juntamente com a interferência de países como os Estados Unidos e URSS, analisando como se deu a independência de Angola e os impactos causados no sistema internacional, contando também com uma breve discussão pós-colonial sobre o tema. Espera-se que o trabalho aqui desenvolvido possa contribuir com os estudos pós- coloniais sobre a descolonização da África.

2. FATORES RELATIVOS À DESCOLONIZAÇÃO

Segundo Hall, a descolonização foi um processo longo, árduo e diferenciado, suscitando na formação de uma hegemonia colonial difusa, que se internalizou na sociedade através de oportunidades advindas das crises 'internas' dos Estados e sociedades pós-coloniais, que resultaram na continuidade dos processos de poder e dominação, influenciando também no processo de transculturação que impossibilitou um retorno às pluralidades culturais originais.

Para a burguesia portuguesa, Angola representava uma nova oportunidade de mercado, e como os povos eram considerados atrasados aproveitaram-se disso para utilizar o discurso colonial, que se caracterizava na alegação de que as sociedades necessitavam de uma missão civilizatória (MEMMI, 1957).

A colonização angolana foi provocada e estimulada pelo poder instituído, interessado na exploração de recursos minerais, despertando o desejo dos cidadãos que buscavam uma mudança de status social, uma vez que o desemprego e a miséria social nas zonas rurais e a pressão exercida pelo regime fascista[4] de Salazar não mitigavam seus anseios por melhores condições de vida (BIRMINGHAM, 1998, p.54).

Em 1482-1483, a mando do reino português, Diogo Cão aportou na foz do rio Zaire, chegando pela primeira vez no atual território angolano (SOUZA, 2003, p. 72). Os portugueses chegaram em Angola impondo alterações políticas, econômicas e culturais através de práticas escravatórias. Porém, a partir de 1452, Dum Diversus [5]e Divino Amore Communiti, exigiram que os portugueses reduzissem a condição de escravidão dos africanos, com intuito de cristianizá-los (TINHORÃO, 1988, p. 56).

Em 1860 cessada a escravatura, Portugal volta-se para suas colônias na África intensificando a ação colonizadora (SECCO, 2011, p. 12). Com a crise política interna de Portugal e o estopim dos movimentos de libertação nacional, o Brasil acaba se tornando independente e Angola passa a ser o destino dos condenados pela justiça portuguesa. Segundo

[4] Dicionário: [Política] Regime político e filosófico que, semelhante ao imposto por Benito Mussolini, na Itália em 1922, baseia-se no despotismo, na violência, na censura para suprimir a oposição, caracterizado por um governo antidemocrático e ditatorial.

[5] Dum diversas é uma bula papal emitida a 18 de junho de 1452 pelo Papa Nicolau V e dirigida ao rei Afonso V de Portugal acompanhada pelo breve apostólico Divino amore communiti. Por aquela bula os portugueses eram autorizados a conquistar territórios não cristianizados e consignar a escravatura perpétua os sarracenos e pagãos que capturassem (BARBOSA, 2019, p.10)

Clarisse Moreira Aló em 1864, os degredados somavam praticamente um terço da população branca de Angola (ALÓ, 2006, p.48).

Com a morte de Salazar em 1968, as colônias portuguesas intensificam as lutas pela independência, desestruturando o império português, levando à crise do regime político, dividindo o exército e desencadeando a Revolução dos Cravos em 1975. A Revolução dos Cravos derrubou a ditadura de Salazar que tinha sido continuada por seu ex-ministro Marcelo Caetano, e fora determinante na renúncia das autoridades coloniais portuguesas em negar acordos aos grupos de libertação, não restando outra saída para os mesmos do que ir a luta armada que perdurou por 14 anos (ALTMANN, 2010). Este foi o mais longo período colonial na África, e como resultado, Angola passou a ser vista como Estado fundamental na libertação de outros países como Namíbia e Zimbabue (ALTMANN, 2010).

Após a Revolução dos Cravos, os grupos de libertação iniciaram uma luta armada pela independência angolana que até então segundo Heimer (1990) era uma recente formação social inacabada, já que a sociedade colonial se impôs às sociedades africanas de maneira muito lenta. Os três principais grupos foram: O (MPLA) Movimento Popular de Libertação de Angola, organizado pela burguesia urbana, que lutava pelos interesses do grupo campesinato e operariado angolano. O segundo grupo de libertação, foi a (FNLA) Frente Nacional de Libertação de Angola, dirigido basicamente pela aristocracia do Norte, em parte exilada no Congo (Zaire). E o terceiro grupo surgiu na década de 1960, foi reconhecido como (UNITA) União Nacional para Independência Total de Angola que lutavam pelo controle do país e reivindicavam a condição de nacional, composto basicamente por etnias do Centro-Sul (PERREIRA, 1999).

A fim de compreender melhor o processo de descolonização, faz-se necessário uma definição do termo colonização visto como um processo pelo qual os seres humanos ocuparam novos territórios pelo mundo, tendo como objetivo a habitação ou a exploração de recursos (DICIONARIO, 2009). O colonialismo também é uma forma de transmitir as relações de poder, através da coerção estatal, da dominação e da dialética entre a inclusão/exclusão do sistema internacional, a ação do colonizador é formada por um conjunto de práticas violentas e intencionais, promovendo a subjugação político-econômica e cultural. Essa prática opressora desarticula as instituições sociais existentes do colonizado, além de praticar a inferiorização e desumanização dos mesmos (FANON, 2005)

Após o processo colonial e as lutas de libertação inicia-se o processo de descolonização que se trata de um processo mais longo entre as elites privilegiadas africanas e a sociedade agrícola em que ambas queriam a independência angolana, porém cada lado defendia seus interesses. Segundo Boaventura de Sousa Santos, ainda hoje, as colônias representam um modelo de exclusão que permanece em nossa forma de pensar, em nossos conceitos básicos e em nossas diretrizes fundamentais de operação do conhecimento das coisas, por isso se faz necessário criar outro pensamento/epistemologia, que será postulado através da resistência política de implantação de outras formas de vida. Pensamento esse que não seja derivativo e que envolva ruptura com as formas ocidentais de pensamento e ação: uma epistemologia do sul, não imperial, concebida como metáfora do sofrimento humano produzido sistematicamente pelo colonialismo e pelo capitalismo global em que o outro não seja objeto (2010, p. 52-53).

A partir do momento que se inicia o pensamento de libertação começam as tentativas de independência em Angola: a primeira, ocorreu entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1960, mas as metrópoles conseguiram controlar e manter um vínculo neocolonial, mantendo a pacificidade. Enquanto a segunda tentativa, ocorrida entre 1970 e 1990 a violência foi evidente. A Segunda GM, trouxe múltiplos efeitos às colônias, bem como, os africanos que foram enviados para a guerra, os quais passaram a serem vistos com outros olhos, deixando de lado a posição de submissão, da mesma forma em que o branco não era somente um dominador, ele também estava na luta. O regresso dos soldados africanos, teve um papel muito importante nas lutas de libertação. Outro efeito foi a fragilidade que causou as antigas potências europeias (infraestrutura arruinada e vários mortos), dessa forma a Europa não conseguiria manter seus impérios por muito tempo (STEFFEN, WEBER e ALT, 2013).

Nesse ínterim, surgem duas grandes potências advindas do pós-guerra, Estados Unidos e URSS, os quais defendiam o anticolonialismo e o direito dos povos de decidirem seus próprios caminhos. Os Estados Unidos tinham medo de que os soviéticos influenciassem os rumos do continente, por isso defendia a abertura comercial, já que a mesma proporcionaria acesso aos recursos naturais e liberdade para realizar investimentos. Enquanto a URSS, via o interesse econômico dos países capitalistas e desejava obter sua posição nos partidos comunistas antes que o poder chegasse aos partidos europeus de esquerda (STEFFEN, WEBER e ALT, 2013).

Essa disputa de interesses entre as potências posteriormente ficou conhecida como Guerra Fria, por isso tanto os EUA quanto URSS mantiveram seus patrocínios na África para obterem maior influência no continente. Além disso, outro fator importante na luta pela descolonização, era a própria pluralidade étnica africana que levou ao enfrentamento de diferentes grupos durante as guerras de independência (CANEDO, 1985).

Tendo isso em mente, vale ressaltar que o processo de colonização angolana se iniciou na crise do colonialismo europeu momento em que as potências estavam interessadas na abertura de mercados com suas colônias para favorecer a livre circulação de suas empresas transnacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, os colonos angolanos acabaram se inserindo nas lutas de libertação, a fim de promoverem sua independência, gerando a criação de um princípio na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) no seu capítulo XI, intitulado Declaração Sobre os Territórios Não-Autônomos, onde se lê em seu Artigo 73 a positivação do primado dos interesses dos habitantes locais à gradativa promoção do seu autogoverno:

> Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento [...] (ONU. Cartas das Nações Unidas, 1945).

Portugal começou a receber muitas críticas internacionais com relação a forma como tratava os africanos, mas Salazar utilizou o contexto da Guerra Fria a seu favor, dando a entender que os movimentos africanos advinham de uma causa comunista, dessa forma conseguia obter o apoio internacional. Quanto às críticas da ONU em relação a independência, Salazar fez uma reforma constitucional conferindo o status de províncias ultramarinas, tornando o Estado Novo uma extensão do território português, e não áreas coloniais conforme previsto pela Carta da ONU (STEFFEN, WEBER e ALT, 2013).

A defesa da ONU em prol da dignidade das comunidades africanas fracassou, uma vez que a ONU ficou limitada aos interesses das grandes potências, por causa do poder de veto do Conselho de Segurança (STEFFEN, WEBER e ALT, 2013). Essa conjuntura possibilitou aos movimentos nacionalistas um avanço no processo de independência (SILVEIRA, 2011).

Nos primeiros anos após o fim da guerra colonial, o cenário de descolonização gradativa começou a chamar-se neocolonialismo já que não se realizava uma autêntica descolonização (PIMENTA, 2013, p.198). Por isso, a inserção das ex-colônias no mercado

internacional ocasionava uma dependência econômica em função da metrópole, dificultando ainda mais a criação de um governo autocentrado empenhado em reformas sociais que abarcassem a grande massa da população (GIL, 2004, p.18 apud BEJA, p.2).

3. PRINCIPAIS GRUPOS PRÓ-LIBERTAÇÃO

O nacionalismo angolano nasceu em 1960, baseado em ideias marxistas advindas da Carta da ONU e da Revolução Russa (1917)[6], induzindo a vontade nacional de libertação que contou com a ajuda de grupos angolanos os quais detinham interesses distintos, mas contavam com um objetivo em comum que era a libertação. Dentre os grupos de libertação apenas três ganharam destaque :2

> O MPLA, marxista, comunista, mas com o apoio da Metrópole. Do outro, a FNLA, anticomunista, pró-Ocidente, nacionalista, mas... Formada pela antiga UPA, que "massacrara os brancos de 1961", os "sanguinários tribalistas do Norte"(...) E o meio termo, nem o marxismo de Agostinho Neto, nem o poder da força do Holden Roberto, o tribalismo negro. Surgia, assim, a UNITA (CASCUDO, 1979, apud IBRAIM, 2011 p.6)

Segundo Carlos (2017), as divergências existentes entre os grupos seria o motivo dos 26 anos de guerra civil após a proclamação da independência. Contudo, outros fatores impulsionaram a descolonização bem como: o V Congresso Pan-Africano que aconteceu em Manchester (1946) e que instaurou a “Declaração aos Povos Colonizados” criado pelo Dr. Kwame Nkrumah, iniciando assim um Comitê Regional de Delegados, que foi a primeira formação política organizada. Outro aspecto marcante foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que se transformou em tribuna do anticolonialismo militante (CARLOS, 2017, p.2).

Vale salientar o nacionalismo que “nasceu das revoltas dos camponeses expropriados das suas terras, à proletarização, à urbanização e a formas de protesto contra o aumento de impostos e à rejeição de mão de obra barata”, dando força e motivação para a criação dos grupos de libertação (GONÇALVES, 1999, p. 56).

[6] A Revolução Russa foi um levante popular ocorrido na Rússia contra o governo do czar Nicolau II no decorrer da 1ºGuerra Mundial, em que os revolucionários aboliram a monarquia e implantaram um regime de governo baseado em ideias socialistas/ Marxistas (BEZERRA, 2019)

3.1 MPLA

O primeiro grupo de grande porte foi o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), que foi fundado em 1956[7] e liderado por Agostinho Neto com sua orientação marxista e formado essencialmente por setores urbanos, assimilados, mestiços e pela etnia Ovimbundu. Se localizava na área central-norte do país entre os rios Dange e Zenza, na chamada 1.ª região militar, incluindo a capital, Luanda (AFONSO e GOMES, 2000, p. 70).

Segundo Bittencourt (1997), devido às disputas entre movimentos nacionalistas sobre a criação prévia de outro movimento, houve controvérsias sobre a data da fundação do MPLA, por isso, assimila-se que a sigla MPLA tenha surgido em 1956, e a organização do movimento tenha sido estabelecida em 1960.

Porém, antes do grupo ser nomeado MPLA era conhecido como MINA, a mudança se deu porque:

> O resultado do renascimento do interesse dos seus companheiros de atividades clandestinas, foi modificar-se o nome que então tivera o movimento para «movimento popular de libertação de Angola», em virtude de Lúcio Lara ter recomendado [este nome] pois ele, o Viriato da Cruz, o Mário Pinto de Andrade estavam a representar no estrangeiro o «movimento popular para a libertação de Angola» e era necessário que tal movimento existisse (PECAVIRA apud SILVEIRA, 2011, p. 140).

Os representantes diretos do MPLA; Lúcio Lara e Viriato da Cruz estiveram presentes na Conferência de Túnis em janeiro de 1960 desempenhando um papel de liderança. Posto que, foi lá que conseguiram obter as expectativas desportivas e o apoio necessário. Nesse caso, recomendaram que os militantes regressassem a África e instalassem uma sede provisória do MPLA, o qual, conquistou o apoio da Guiné-Conakry, apoiando a implantação do movimento em Conakry, e autorizando a entrada e saída dos nacionalistas angolanos no território (FRANCISCO, 2013).

Consequentemente, instaurou-se a primeira direção do Movimento, na qual Andrade foi eleito presidente e Viriato da Cruz secretário-geral (GONÇALVES, 2004). No interior do território, Agostinho Neto estendeu a mão a membros de outros movimentos, encontrou-se com Manuel Pecavira e reiterou a necessidade de unir os vários movimentos em Angola. Assim, realizou-se uma reunião em Maio de 1960 convidando os movimentos da época a se

[7] A data de constituição do MPLA encontra-se envolta em polémica, com relatos contraditórios (ROCHA, 2011, p.206).

unirem em nome do MPLA, constituindo-se o primeiro conselho diretivo do MPLA em Angola. No final de maio, foi realizada uma nova reunião para determinar que o movimento se estendesse por todo o território e além-mar, sendo Agostinho Neto um dos mensageiros do MPLA (BITTENCOURT, 2007, p. 07).

Entretanto, em julho a PIDE promoveu uma de suas leva de prisões em Luanda e atingiu o núcleo da organização, prendendo Agostinho Neto, Manuel Pecavira, Joaquim Andrade e outros. Apesar do curto período, o processo de divulgação e sensibilização foi suficiente para disseminar essas ideias por toda a comunidade popular e atingir muitos defensores, formando o grupo que lutou na batalha de 4 de fevereiro de 1961 (SILVEIRA, 2011).

Além disso, o grupo conta com outro aspecto importante que Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes destacam: "o MPLA é um partido, de mestiços e dos antigos assimilados, tendo implantação nas cidades, mesmo que apenas por adesão sentimental" e que sua principal base de apoio foi a etnia M´bundo[8] que se estendia de Luanda a Malange, e que sempre contou com apoio de outros grupos tribais se considerando um movimento multirracial (AFONSO e GOMES, 2000, p. 70).

Segundo Silva (2008), o MPLA não prioriza a questão racial e étnica na sua concepção de abarcar toda a sociedade angolana, torna-se "uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar a cores, políticas à situação individual dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas (…)" (MANIFESTO apud SILVEIRA, 2011, p. 137, grifo dos autores). Mas, para os grupos opositores, a participação de mestiços na composição dos quadros diretivos, aliada a formação dos mesmos no exterior (...) "retiravam, ou no mínimo turvavam, a imagem de ligação a uma África do interior, capaz de mobilizar um maior número de combatentes" (BITTENCOURT, 2007, p. 07).

Segundo Deliberali (2016), a formação do MPLA constituía uma peça fundamental no cenário de luta pela independência em Angola, posto que simbolizava uma das maiores contestações contra o colonialismo português, as quais por meio da literatura, dos jornais e da cultura formaram as primeiras manifestações nacionalistas no território angolano, tornando-se

[8] Os povos M´bundu que se encontravam na região dos Dembos ficaram rapidamente conhecidos por serem dos mais tenazes e resistentes à instrução e autoridades europeias em Angola; esta tendência centrífuga no noroeste de Angola é forçada pelo relevo e isolamento geográfico do território. (ROCHA, 2009, p. 45)

uma das principais forças contra a exploração colonial, dando início a luta pela independência de Angola.

O MPLA recebeu o apoio da URSS, que em um panfleto editado em 1973 [9]informava que: "era [...] Reconhecido pela O.U.A. (Organização de Unidade Africana) como único movimento de libertação de Angola, o M.P.L.A. trabalha em coordenação com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e com o P.A.I.G.C"(PORTAL DA GUERRA NO ULTRAMAR).

3.2 FNLA

O segundo maior movimento independentista angolano foi a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A FNLA foi constituída em 1962 com o objetivo de criar uma frente comum entre a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA)[10], e tinha como líder e fundador Holden Roberto (Rocha, 2011). Porém, por mais que seu discurso nacionalista tenha o objetivo de juntar os movimentos a favor da sua causa e guiar a luta em conjunto com todas as etnias, a mesma continuou com sua base étnica e excluía a participação dos mestiços e brancos em seus atos (SILVEIRA, 2011)

O grupo defendia uma retórica anticomunista com interesse de atrair aliados ocidentais, como os Estados Unidos e África do Sul (SCHMIDT, 2013; VISENTINI, 2013). Estava localizado no norte do país na fronteira com o Zaire, sendo majoritariamente rural. Diferentemente do MPLA, defendia mais a questão racial principalmente relacionado aos brancos e mestiços presentes no outro movimento, se colocando como "representante do autêntico nacionalismo africano", e tinha o povo bacongo como sua principal base de sustentação política, adotando uma linha política anticomunista que acabou sendo apoiada pela República Democrática do Congo e pelos EUA (SCHMIDT, 2013, p.81).

A FNLA contava com um vasto número de quadros, mas não foi suficiente para diminuir os conflitos internos já que seu presidente era autoritário e de ambição desmedida pelo poder absoluto, passando a despertar inúmeros conflitos com diversos elementos

[9]"O que quer o M.P.L.A", in Portal da guerra no Ultramar: www.arqnet.pt/portal/portugal/guerrafrica/index.html, 03-02-2020, 12:15 h)

[10] O Partido Democrático de Angola (PDA) "é um movimento político constituído essencialmente por organizações de solidariedade de base etno-regional como o ASSOMIZO (Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo) ou o ALLIAZO (Alliance des Ressortissants de Zombo), cujos membros são oriundos da região da Maquela do Zombo, berço do Tocoismo. O Tocoismo é um movimento religioso e sincrético fundado por Simão Gonçalves Toco (1918-1984), nascido em Maquela do Zombo, que ao longo dos anos foi assumindo um caráter de desobediência civil" (LARA, 1997, p.11).

pertencentes ao órgão diretivo, provocando a exclusão de muitos deles, como é o caso de Lulendo, de M'bala e Taty, de Savimbi, de Liahuca e Viriato da Cruz (ROCHA, 2011).

A FNLA é composta por um governo interino e um exército mínimo, por isso não conseguiu formular um plano político claro para a luta armada em Angola. Para Holden Roberto, o objetivo era conquistar a independência. Além disso, as operações militares se aglutinaram nas fronteiras norte e nordeste de Angola, tornando a expansão bastante limitada. Em 1964, devido à insatisfação interna e consequentes desentendimentos, essas ações começaram a desandar e Jonas Malheiro Savimbi, então Ministro das Relações Exteriores da Groenlândia decidiu sair do grupo juntamente com outras cisões, tornando o FNLA um grupo fracassado (PEIXOTO, 2009).

3.3 UNITA

O terceiro maior movimento de grande força angolana é a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966 a partir de desentendimentos na FNLA. A ideia de criação da UNITA foi decidida entre Jonas Savimbi e António Fernandes, assumindo o compromisso de participarem na guerrilha no interior do território angolano. Portanto, sua organização e administração eram provenientes de dois grupos, com as etnias Ngangela, Chokwe e Ovimbundu (FERNANDO, 2012).

O grupo inicialmente se declarava maoísta que é uma corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-Tung, mas viram que seria mais benéfico tomar uma postura anticomunista. Dessa forma, obtiveram novos parceiros externos e se vincularam ao bloco ocidental da Guerra Fria, suscitando uma maior diversificação de parcerias, levando o líder Savimbi a cooperar com Portugal contra seus rivais, suspendendo suas operações militares em 1971 denominado de Operação Madeira (SCMIDT, 2013).

Em suma, de acordo com Maria Silva:

> Apesar de não se constituir uma força militar, o fato mais importante é que a UNITA já havia fincado pé no sul de Angola e estava disposta a desafiar o colonialismo português pelas armas. Dois anos depois, em 1968, a UNITA era a terceira maior força na luta anticolonial em Angola. O fato mais relevante da criação da UNITA foi o impacto que teve sobre os demais movimentos nacionalistas, mudando suas prioridades e a estratégia de luta. [...]. Assim como a FNLA, do ponto de vista ideológico, a UNITA declarava militar no campo anticomunista. Em termos práticos, entretanto, buscou o apoio da China Popular, explorando o fato do MPLA ser respaldado por Moscou. Ao contrário dos outros dois movimentos nacionalistas de maior expressão em Angola, o MPLA e a FNLA, a UNITA centrou seus esforços em cooptar as populações das áreas rurais, buscando mobilizá-las para a luta anticolonial (SILVA, 2007, p. 150).

Além disto, o maior impacto da UNITA foi após a independência quando os Estados Unidos, sob a égide da Doutrina Reagan, juntamente com a África do Sul, apoiaram aberta e diretamente como forma de combater o governo do MPLA, apoiado diretamente por Cuba (REIS, 2010).

4. PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA ANGOLANA

As revoltas pela descolonização se iniciaram em fevereiro de 1961, segundo Nunes (2009), diversos indivíduos angolanos armados invadiram de madrugada os estabelecimentos e prisões civis e militares de Luanda. Diante desse cenário, engendra-se uma revolta por causa do COTONANG[11] incentivada pelo Partido Solidário Africano (PSA) e pelos grupos nacionalistas que disputaram entre si (NUNES,2009). O período de luta interna entre os grupos nacionalistas pode ser dividido em três fases que vão de 1961 à queda do Estado Novo português em 1974, a qual Silva qualifica da seguinte maneira:

> A primeira fase correspondeu ao período 1961-1966, quando a ação de guerrilha foi iniciada no interior do território (que até então estivera restrita ao litoral e região centro-oeste) sob atuação do MPLA; a segunda fase, de 1965-1970, firmou o êxito deste grupo na cobertura do território, tornando-se o único movimento de alcance realmente "nacional" de Angola à época; o terceiro momento, 1970-1974, marcou o recuo da ação do MPLA, por conta da perda substancial de contingentes localizados em bases ao leste, por conta de desentendimentos internos, que depois se uniram ao grupo de Holden Roberto (UPA/FNLA) ou ao grupo de Jonas Savimbi (UNITA) (SILVA, 2016, p.160).

Apesar da luta interna e da conjuntura internacional favorável, a queda do governo salazarista-marcelista se deu internamente pelo Estado Português, mais precisamente pelas Forças Armadas, que em 1965 somava o contingente de 57.000 homens e em 1973, o número aumentava para 66.500 (SILVA, 2016, p.166). Vale salientar que Angola não era o único front de batalha travada por Portugal nessa época, o que corroborou para a vulnerabilidade do aparato militar português (PEIXOTO, 2012, p.122).

No decorrer do conflito em Angola percebe-se um aumento da solidariedade internacional a favor da independência, provocando como consequência a paralisação da economia em Portugal e o fortalecimento da resistência. Segundo Visentini (2013):

> (...) pode-se ainda ressaltar a rápida mudança pela qual a sociedade portuguesa vinha passando no início dos anos 1970 - tanto pela perda do mercado colonial, devido à entrada no Acordo de Livre Comércio Europeu, quando pela crescente oposição da população ao regime ditatorial. Esses fatores culminam, em abril de 1974, na Revolução dos Cravos: movimento liderado por militares de esquerda portugueses que derrubou o regime salazarista em Portugal. A derrubada do Estado Novo permitiu que, já em julho de 1974, o novo governo anunciasse a concessão das

[11] A COTONANG era uma empresa belga que obtiveram do governo português uma concessão e que, por isso, detinha o monopólio do cultivo de algodão. Durante anos exerceu sistematicamente exorbitâncias sobre as populações da área, alimentadas pela corrupção de alguns inspectores e de algumas autoridades administrativas que ignoravam às denúncias desses excessos.

> independências às colônias africanas, o que Westad (2005, p. 218) denominou de "colapso do Império português (VISENTINI, 2013,p. 342).

Tanto as forças armadas quanto os observadores internacionais não viam uma saída para a guerra que não fosse a independência dos povos africanos, por isso no dia 9 de agosto de 1974, a JSN[12] (constituída por generais e oficiais de primeiro escalão do exército) anunciou como se daria o processo da retirada de tropas portuguesas, que pode ser resumida em três pontos principais:

> O novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas principais levando em conta todas as etnias do país (inclusive a branca), uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida e, por fim, haveria a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos, quando seria decidida a forma dos laços que Angola teria com Portugal (SILVA, 2016, p.172).

Segundo Peixoto (2012), esta resolução foi feita sem consulta ou conhecimento prévio de nenhum dos grupos políticos em Angola e assim sugere que os laços com Portugal poderiam ser mantidos. A MFA assumiu a pauta da solução dos conflitos em Angola e juntamente com os grupos nacionalistas aceitaram o cessar-fogo. Entretanto o MPLA e a FNLA não aceitaram desarmar-se e dispersar suas tropas sem garantias prévias de independência (SILVA, 2016, p.173).

Diante dessa realidade surge o acordo de Alvor em 15 de janeiro de 1975 que tem como principais pontos :

> (1) a independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; (2) o governo português estaria representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado caso o governo provisório assim o desejasse; (3) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; (4) uma Assembleia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para a eleição do novo presidente a tomar posse em novembro; (5) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares (então pulverizados entre os três grupos) e formar um Exército Nacional; (6) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos (SILVA, 2016, p.175).

[12] A Junta de Salvação Nacional era uma organização criada pela estrutura de comando do MFA e tinha como objetivo assegurar a transição política entre o fim do regime corporativo e o início de um regime democrático com a nomeação de um Presidente da República e a posse de um Governo provisório. Este novo órgão era composto pelos seguintes elementos: general António de Spínola, general Francisco da Costa Gomes, capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Manuel Diogo Neto, brigadeiro Jaim e Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo (CARVALHO, 2009)

No dia 31 de janeiro de 1975 surge o novo governo de transição composto pelos três partidos com data marcada para perdurar até a proclamação oficial da independência em 11 de novembro de 1975. Contudo, à medida que aumentava as animosidades entre os movimentos, ficava claro que mesmo com a independência não haveria governabilidade para o governo de transição. Porque em momentos paralelos o MPLA proclamava em Luanda a República Popular de Angola e a FNLA e a Unita proclamavam em Huambo a República Democrática de Angola constituindo assim, dois governos simultâneos (NOER, 1993, pp. 771-785).

Segundo Cascudo (1979), Portugal passou a reconhecer a legitimidade do MPLA em 1976, quando o Alto-Comissário Leonel Cardoso em discurso para imprensa anuncia a retirada de Portugal e a transferência de poder para o MPLA:

> Após quatro séculos de domínio sobre Angola, após criar, na África, as bases de uma civilização e de uma cultura ocidentais, após vencer as barreiras do tempo e das distâncias, Portugal deixava a terra que colonizou, pela porta dos fundos, numa pequena lancha(...)" (CASCUDO, 1979, p. 130).

Em 1975 após o anúncio da independência os grupos angolanos (MPLA e o UNITA-FNLA) entraram em uma guerra civil pela disputa de poder em Angola, que duraria até o início do século XXI (WESTAD, 2005; VISENTINI et. al., 2013). Com todo esse alvoroço, acabaram chamando atenção internacional e transformando Angola no centro da geopolítica africana e global, como o "palco dos interesses estratégicos de potências como: África do Sul, Zaire, Cuba, EUA, URSS e China (SILVA, 2017, p. 212).

5. INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL

A Batalha de Luanda ocorrida entre julho-agosto de 1975 era o que as grandes potências necessitavam para interferir nos grupos de libertação, eis que uma luta interna se tornaria em um centro de divergências do confronto Leste-Oeste motivado pela Guerra Fria, espalhando a luta interna a um nível internacional (NUNES,2009).

No transcorrer da história, a luta angolana estava relacionada a uma série de revoluções terceiro-mundistas iniciadas na década de 1970, que fomentaram um aumento da participação soviética em conflitos periféricos como forma de restabelecer seu papel na balança de poder mundial (VISENTINI, 2004, p. 113).

Enquanto isso, os Estados Unidos vivia um momento marcado por escândalos como a corrupção (Watergate), a qual teve que instaurar um governo não eleito, em seguida, Richard Nixon (jan/1969 – ago/1974) teve seu governo conhecido como uma *herança maldita* que simbolizou a incursão no Vietnã, repassada à administração Gerald Ford (ago/74 – jan/1977). De acordo com Noer (1993), o pós-Watergate e pós-Vietnã instaurou o sentimento de insegurança na Casa Branca em relação a URSS:

> Se Angola passar a ser comunista, isto terá consequências em Angola, no Zaire, na Zâmbia, etc. Estes países só poderão concluir que os Estados Unidos já não são um fator a ter em conta na África Austral. Iremos pagar por isso durante várias décadas. Isso irá afetar as suas decisões. Irão concluir que os soviéticos conseguem introduzir ajuda maciça e nós não, o que significa que os soviéticos são um fator de poder a ter em conta (KISSINGER, 2003, pp. 712-715).

A fim de amenizar o temor estadunidense ocorreram uma série de mudanças políticas de apoio aos brancos em Angola. Outro elemento, que instigou a interferência estadunidense em Angola foi devido às eleições de 1976, que para Ford conseguir apoio à sua candidatura pelos Republicanos precisaria mostrar à população que o país ainda mantinha sua posição de poder que apesar do infortúnio no Vietnã, ainda detinha força na arena internacional (NOER, 1993, pp. 771-785).

Inclusive quando o diplomata Nathaniel Davis é nomeado com sua representação no Chile (quando tinham esforços encobertos da CIA na derrubada de Salvador Allende), surge uma nova era para a diplomacia de Angola X EUA:

> A sua nomeação causou alarde na África: em 21 de fevereiro de 1975, em reunião ministerial da OUA, uma resolução votada por unanimidade, arguiu contra a nomeação do diplomata, de reconhecida participação na "ação dos Estados Unidos de desestabilização política na América Latina." Apesar disso, a nomeação seria confirmada em 11 de março (DAVIS, 1978, p. 110).

No contexto Estados Unidos-Angola, também estiveram presentes ajudas económicas, entrega de materiais bélicos, que entre janeiro e fevereiro foram entregues U$300.000 à FNLA, através do Zaire (Noer, 1993, pp. 771-785). Contaram também com tropas bem treinadas e equipadas do Exército zairense, e em 25 de março a FNLA inaugurou sua marcha em direção a Luanda proclamando a cidade de Carmona como sede oficial de sua incursão, liderada por Holden Roberto (MARQUEZ, 1976).

Ao final do mês de julho a Casa Branca aprovou a entrega de 14 milhões de dólares para apoio à FNLA e à UNITA – quantia que aumentou a cifra de 25 milhões um mês depois, e a 32 milhões em setembro (NOER, 1993). Nessa asserção, iniciaram-se as discussões acerca dos riscos de não conseguirem os efeitos desejados em Angola, a qual o diplomata Davis se mostrou contrário ao impulso da casa Branca, uma vez que o Congresso não aprovava a participação estadunidense, receando ser vinculado à África do Sul, e uma vez sem apoio do Congresso não teria como participar massivamente, enviando homens, e sem essa opção, os riscos não valeriam a pena, e sendo assim, marcado pelas divergências de opinião Davis pediu exoneração do cargo (DAVIS, 1978, pp. 109-124).

Nesse ínterim, iniciam-se os ataques contra o MPLA: primeiro pela FNLA, apoiada pelo Zaire, Estados Unidos e China, que avança em direção à Luanda, que se encontrava sob o domínio do MPLA que contava com o apoio do exército cubano, da URSS e da Alemanha Oriental, derrotando sem dificuldades. Porém, enquanto MPLA combatia a FNLA, também enfrentava a UNITA ao sul que realizava uma ofensiva com o exército sul-africano, com o apoio norte-americano e chinês.

A UNITA ocupou com sucesso um território no sul de Angola, com objetivo de desestabilizar o governo do MPLA e destruir a infraestrutura de Angola, com isso, o Zaire e a África do Sul estavam determinados a estabelecer um governo unificado em Angola, mas a pressão dos EUA e de Cuba em 1978, fez com que chegassem a um acordo de não agressão, que foi cumprido, encerrando a atuação da FNLA no conflito, abrindo caminho para o total apoio norte-americano à UNITA (VISENTINI, 2013; HÖRING, 2015).

Em 1980, finalmente o MPLA vê a UNITA derrotada, mas em 1981 com a Operação Protea organizada por Pretória a UNITA consegue invadir Angola e ocupar a província de Cunene. Feita a ocupação, os Estados Unidos começaram as negociações e somente em 1984 África do Sul e Angola entraram em acordo, sob a mediação dos Estados Unidos que resultou no Acordo de Lusaka, a qual Pretória se retiraria dos territórios ocupados, e o MPLA

impediria a Organização do Povo do Sudoeste Africano, a SWAPO[13], de utilizar territórios angolanos, se mostrando comprometida com o acordado pelo linkage[14]. Porém, as relações sul-africanas com a UNITA não foram discutidas e ainda que o MPLA tenha cumprido sua parte do acordo, a África do Sul não respeitou o mesmo (VISENTINI, 2013; HÖRING, 2015; WESTAD, 2005).

Com o desenrolar dos acontecimentos inicia-se uma nova fase da Guerra Fria entre as potências, ou seja, de um lado posiciona-se os EUA que aumentaram seu apoio aos movimentos racistas do sul do continente com intuito de continuar fazendo oposição aos movimentos socialistas. Enquanto, que a URSS inicia três operações contra a UNITA e a África do Sul: a primeira foi a Operação Congresso II em 1985; ofensivas contra Moxico, a segunda em 1986; e a terceira foi a Operação Saludando Outubro em 1987, a fim de capturar a base da UNITA em Mavinga, mas falhou em todas as suas missões (VISENTINI, 2013; HÖRING, 2015).

Em 1989, as tropas cubanas deixaram angola em um fluxo constante que totalizou no período de trinta dias um contingente de 650 homens (MARQUEZ, 1976). Em 1991, torna-se evidente as mudanças sofridas na economia angolana propiciando a lógica liberal das instituições financeiras internacionais. Ademais, nesse ano o governo se abre ao multipartidarismo, possibilitando uma maior aproximação aos EUA.

Noer (1993) acrescenta que em 1992 Dos Santos o representante do MPLA venceu nas urnas, mas não foi reconhecido pelo líder da UNITA, o que incentivou o recomeço da guerra civil e a quase derrota das forças do governo. Porém, o MPLA consegue ocupar mais da metade do país, elevando a bandeira rubro-negra no Palácio Nacional. No dia 19 de novembro o Senado Estadunidense aprovou a Emenda Clark que cortava imediatamente todos os fundos para ações secretas em Angola .

Apesar da vitória diplomática do MPLA houve a influência estrangeira na batalha travada em Angola: com a ascensão de Nelson Mandela em 1994 e a queda de Mobutu no Zaire em 1997, a UNITA perdeu forças, apesar da rendição só se dar em 2002 com a morte de Savimbi (VISENTINI, 2010)

---

[13] (sigla em inglês, South-West Africa People's Organization);

[14] Consistia na proposta americana da retirada cubana em troca da independência da Namíbia, que Pretória aceitou (VISENTINI, 2010)

5.1 IMPACTO INTERNACIONAL

O Impacto internacional se deu primeiramente pelo aumento do bloco socialista que segundo Visentini (2000), ocorreu graças à Revolução Angolana e as revoluções terceiro-mundistas de 1970, em que a URSS procurou "contrabalançar o desequilíbrio estratégico advindo da aproximação chinesa com os Estados Unidos", como consequência difundiu os interesses do bloco socialista, ocasionando numa polaridade do Sistema Internacional.

Ainda segundo o autor, a partir do momento que há o aumento do bloco socialista/marxista, começa-se uma reação contra, advinda do bloco capitalista Estadunidense no governo Carter, dando início a ataques que só se formalizam com a chegada de Ronald Reagan ao poder nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, no Reino Unido. Neste contexto, o neoliberalismo pode ser caracterizado como parte de uma estratégia de contrarrevolução encabeçado pela África do Sul, que manteve a ocupação no sul do país e apoiou a guerrilha UNITA, além de sabotar a infraestrutura Angolana.

O bloco capitalista e sua estratégia de atuação indireta na Angola, devido à *síndrome do Vietnã* [15]não surtiu efeito, por isso em 1990 os Estados Unidos decidem mudar sua política na África, começando pelo afastamento da África do Sul e o distanciamento de conflitos no continente africano (WESTAD, 2005).

Em outras palavras, o motivo pelo qual a URSS se sentiu pressionada a interferir em Angola, desde o início foi a presença norte-americana no país. Sendo assim, a URSS decidiu apoiar o MPLA e manter seu status de grande potência na África na esperança de que a UNITA em algum momento cederia e voltaria a negociar com o MPLA. No entanto, os Estados Unidos se aliaram a UNITA, tornando-a forte para que não necessitasse flexibilizar as suas negociações, ou seja, ao entrar no conflito a URSS em vez de balancear o poder, acabou instigando ainda mais os EUA que utilizou o seu aliado (China) para intensificar o seu poder no continente (CHAZAN, 1992).

Enquanto ocorria esse desfecho internacional, internamente os países africanos sofriam o impacto causado pela disputa de poder entre potências que estavam aliadas aos grupos locais (VISENTINI, 2012, p.58). Os problemas dos africanos eram enormes. A

[15] Participando ativamente dos conflitos do Vietnã desde 1964, por apoiar o governo de Saigon (Vietnã do Sul) contra o Vietnã do Norte de Ho Chi Mihn, após o envio sistemático de tropas como também de apoio bélico, "em abril de 1975, as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Vietnã do Sul, entravam em Saigon, unificando o Vietnã e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas – inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico – por um pequeno país agrícola e periférico, ainda que com apoio diplomático e em armas dos países socialistas" (VISENTINI, op. cit, p. 115)

começar pelas fronteiras desses que eram artificiais tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural, para piorar os grupos étnicos linguísticos que eram hostis uns com os outros acabaram por se alocarem no mesmo estado, enquanto grupos étnicos semelhantes eram separados por uma linha desenhada no mapa, sendo este um dos principais motivos das guerras civis e genocídios no continente africano.

Além disso, existia a ausência de uma língua comum, por isso a linguagem dos ex-colonos passou a ser a língua oficial, enquanto os camponeses analfabetos continuaram a usar várias línguas. Os colonos inspiraram a competição entre diferentes grupos na forma de dominação e deixaram um legado trágico, que se expressou nos problemas dos grupos minoritários e do "tribalismo". Ademais, sofriam com a ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores, tornando uma estrutura de classes fragmentada (exceto por uma ampla área que ainda está em estágio de sobrevivência). A rede de transporte também era extremamente instável, conectava apenas as áreas de exportação aos portos, sem integração nacional, ou seja, a situação interna estava um caos pós-independência (VISENTINI 2007)

Diante do exposto, se pode perceber que tanto os Estados Unidos quanto a URSS a consolidação da Revolução Angolana, que segundo Halliday (1989), o sucesso de uma revolução depende do contexto internacional em que se insere, visto que questionará uma estrutura vigente, em que, no caso Angolano o contexto ao qual se inseriu a descolonização, foi marcado pela disputa ideológica entre Estados Unidos e URSS, que se encontravam em uma Guerra Fria pela obtenção de aliados.

Houve também interferência de outros países na disputa, mas não somente para defender os interesses dos povos angolanos, e sim para defenderem os seus interesses de abrir novas zonas comerciais ou exploratórias. Outro país importantes no conflito foi a África do Sul que saiu derrotada, já que as forças angolanas tiveram o apoio de Cuba e da URSS. Segundo Pereira (2010), as revoluções na África austral colocaram um fim nos regimes racistas desses países, ocasionando no isolamento da África do Sul que sofreu um boicote e pressão externa, induzindo a independência da Namíbia em 1990 e o fim do regime do Apartheid.

Quanto a Cuba, segundo Pezarat (2017) o “apoio de Cuba foi decisivo para a vitória do MPLA, este apenas ocorreu para responder à invasão sul - africana, valorizando assim a lógica do conflito regional em detrimento do conflito mundial”. Por fim, ainda se pode acrescentar a vitória das forças apoiadas pelos cubanos sobre as forças apoiadas pelos Estados Unidos, que foi significativa para Havana (CHAZAN, 1992)

5.2 ANÁLISE PÓS-COLONIAL

De acordo com Amina Mama (2005), o Pós-Colonialismo nasce junto aos processos de independências dos países africanos (Angola, Moçambique, Timor Leste ...) influenciando na responsabilidade em criar/ encontrar a sua verdadeira identidade matriz africana. O pós-colonial denuncia a incompatibilidade do poder epistêmico entre o então colonizado e o colonizador:

> A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas (LACLAU e MOUFFE, 1985 apud BALLESTRIN, 2013, p.91)

Diferentemente das propostas clássicas a Teoria pós-colonial é produzida nos próprios países que passaram pela colonização(Brasil e Argélia...) por isso existe dois diferentes tipos de conceitos: primeiro, posterior aos processos de descolonização do "Terceiro Mundo", remetendo a ideia de superação do colonialismo e de estarmos vivendo uma era pós-colonial. Segundo, como contribuição teórica dos estudos literários e culturais, produzidos nas universidades da Inglaterra e Estados Unidos, a partir de 1980, instaurando-se como crítica ao colonialismo. Dessarte, discutir o pós-colonialismo é desvelar os paradigmas eurocêntricos e esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação" (VISENTINI,2012).

Dessa forma, o "pós" do pós-colonial não quer dizer que os efeitos do domínio colonial foram suspensos quando ocorreu a descolonização. Ao contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder/saber continuaram e serviram para mostrar os efeitos da colonização na estrutura dos Estados.

Diante disso, Hall afirma, que o pós-colonialismo se distinguirá através da capacidade de fazer uma releitura da colonização, bem como o tempo presente a partir de uma escrita descentrada, da diáspora; ou ainda global, das grandes narrativas imperiais do passado, que estiveram centradas na nação (HALL, 2003: 109)

Segundo Hall, a descolonização foi um processo longo, árduo e diferenciado, suscitando na formação de uma hegemonia colonial difusa, que se internalizou na sociedade através de oportunidades advindas das crises 'internas' dos Estados e sociedades pós-coloniais, que resultaram na continuidade dos processos de poder e dominação, influenciando também no processo de transculturação que impossibilitou um retorno às pluralidades culturais originais.

Ainda assim, o discurso do colonizador continuou o mesmo baseado na ideia de que os africanos não tinham estrutura e nem força para se governarem e que não possuíam instituições soberanas como o centro Europeu, ignorando o fato de sua enorme influência na conjuntura pós-colonial, a qual tornou alguns estados abandonados e falidos com instituições fracas, fora a exploração advinda por parte do colonizador, este sim seria o motivo da fraqueza dos Estados (BARKAWI; LAFFEY, 2006).

Portanto, para retirar a influência obtida pelos antigos colonizadores e voltar a essência africana que tinham antes da colonização, se faz necessário definir o termo "cultura", em que o autor Bhabha define como: "uma produção desigual e incompleta de significação e valores, muitas resultantes de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato de sobrevivência social. (...) No pós-colonial, a cultura é transnacional e tradutória". Ou seja, deve-se esquecer todo o pensamento sobre cultura, posto que, a cultura é transnacional porque há um deslocamento por causa da complexidade das fronteiras culturais e políticas, e tradutória porque as histórias de deslocamento e a subjetividade que delas decorrem vão demandar uma expansão no conceito de cultura que o tornam bastante complexo.

Consequentemente, em decorrência do saber pós-colonial, inicia-se um processo de desmistificação da coerção que havia sido imposta sobre os povos africanos ao longo dos séculos através da escravização e comercialização de seus corpos, da colonização de sua economia e também de sua cultura, instigando "os críticos pós-coloniais a exigirem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a superioridade (alteridade) que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais"(BHABHA, 1998, p.239).

Após as independências dos países africanos observa-se em vários espaços a dificuldade de instaurar um Estado, cujas organizações políticas e econômicas reduzissem o impacto causado pelo colonialismo e que incluíssem sua população na nova ordem nacional. Por isso, há o aumento dos sistemas de dominação econômica que pelo jogo da culpa encobrem políticas internacionais e práticas locais (IPOTESI, 2010, p.197).

Por essa razão, surgem vários discursos alegando a criminalidade estrangeira com relação a África, mas é uma leitura muito perigosa, por mais que as intenções sejam boas, ocasionam em dois problemas derivados e uma interpretação, em que, ao alegar o histórico de exploração e amenizar a participação africana na sua própria história, acaba por promover uma leitura parcial do passado, colocando a história africana em uma situação de debilidade:

> O primeiro problema é a produção de uma história da Europa na África com a participação de alguns africanos que de forma valente, mas frágil, inocente e quase insana tentaram defender sua autonomia e liberdade. O segundo é o reforço à ideia

> de que a África não tem condições de caminhar sozinha, que dependeu e sempre vai depender da ajuda internacional. Os dois problemas nos encaminham para o velho discurso colonial de que o homem branco tem como dever moral educar e civilizar o continente negro (MÔNICA, 2011, p.20)

Em vista disso, o ocidentalismo como nomeia Coronil (1996) tem dominado o mundo moderno, legitimando a sua exploração imperial. Dessa forma, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) é visto como atrasado em relação à Europa (DUSSEL, 2005). Esse atraso "fictício", é uma fronteira utilizada desde os primórdios, como desculpa para classificação e hierarquização de classe, propiciando a criação do princípio da "pureza de sangue" e fixado em identidades, tornando segundo José Luís Mendonça o norte hegemônico e um "sul subserviente" (DUSSEL, 1994).

Essas alegações sobre o mundo não ocidental, foram utilizadas como instrumentos de política nacional, contribuindo para uma rede de interesses político e econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, às missões das áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico (HERNANDEZ, 2005, p.17). Até mesmo, o próprio termo "africano" passou a ser utilizado para mensurar todos os habitantes do continente, sem levar em conta a que país pertenciam, ou seja, passou a designar a identidade de todos os habitantes do continente (HERNANDEZ, 2005, p.17).

Na sociedade angolana, a questão racial e os interesses políticos resultaram em "intensos confrontos agravados pelas diferenças entre crioulos e "novos assimilados", por uma "classificação de cor", pela ocupação profissional, pela religião e pela localização no espaço urbano" (HERNANDEZ, 2005, p.577). A independência angolana não produziu a liberdade e emancipação que todos os grupos sociais esperavam, os estudos apontam que as fronteiras coloniais estavam disfarçadas pela utopia da independência. A começar pelo fato que quem instigou e ajudou dando apoio e enviando tropas foram os países de fora :Estados Unidos e África do Sul "enviando tropas de apoio à Unita, enquanto a URSS, a China e, sobretudo, Cuba deram apoio logístico e humano ao MPLA", dentre esses alguns ainda influenciam diretamente nas tomadas de decisões de Angola (HERNANDEZ, 2005, p. 582).

Logo, os interesses sociais, políticos e econômicos dos angolanos são colocados a prova, sob uma reabilitação de liberdade e igualdade a fim de construir sua identidade, acarretando uma divisão ideológica, implicando em um novo panorama de identidades. A utopia morreu, dela só resta um discurso vazio (PEPETELA, 1993, p.202). Dando início a uma crise de identidade, citada por Stuart Hall: "as velhas identidades, que por tanto tempo

estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno" (HALL, 2005, p.7).

Essa pluralização de identidades, advém das imigrações do mundo globalizado, portanto pós-colonial. Segundo Frankfurt: "Não há mais lugar de origem/ a origem é existir/ não me diga de onde eu sou/ eu sou, não sou/ eu estou aqui" (AGUALUSA, 2002, p. 61). Se fazendo necessário rever e relativizar conceito de pertencimento. O espaço tempo desmonta a ideia tradicional e provoca um desvio da identidade cultural tida como própria.

De acordo com Hall, Essa "mudança do passado" permite que nos regeneremos por meio da cultura, como um novo sujeito. Estamos em processo de formação cultural. A cultura não é uma ontologia, um problema de existência, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 44). Esse tipo de pensamento transforma a velha estrutura do século 20 em um fragmento, pois a raça, gênero, gênero e classe cultural que nos tornam indivíduos na sociedade estão mudando, o que abala nossa noção de nós mesmos como sujeito integrado da sociedade. Essa perda de "autoconsciência" é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - simboliza uma "crise de identidade" pessoal (HALL, 2005, p. 9).

Sendo assim, o sujeito angolano do/da pós-colonial/modernidade tardia está em busca de sua identidade, a qual está em crise com a fronteira de pertencimento. A pergunta que fica é se será possível definir o novo termo para identidade? e será se não será preciso redefinir novamente? Todas essas perguntas só poderão ser respondidas através do distanciamento da fronteira do pós-colonialismo juntamente com estudos antropológicos, em que será necessário se afastar de pensamentos utilizados pelos coloniais e se tornar um expectante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar que os portugueses não queriam a descolonização de Angola porque desde o início da colonização angolana perceberam as suas potencialidades econômicas (petróleo, ferro, diamantes, minerais estratégicos e produtos agrícolas) e sua posição estratégica no Atlântico Sul e na África Austral. Então, a transformaram no berço de ouro da coroa portuguesa, o que acabou gerando interesse em diversos atores internacionais durante o processo das lutas de libertação.

Dentre os atores estavam os países URSS, China, Cuba, e países vizinhos, como Tanzânia e Zâmbia, que deram apoio e ajuda direta a esses movimentos. Outros países apoiaram a presença portuguesa como: Estados Unidos e os países europeus, que posteriormente desejavam impor o capitalismo a fim de manterem a geopolítica internacional. Durante a guerra civil de Angola esses países ficaram divididos entre três grupos: o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA); a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

O grupo vitorioso foi o MPLA que conquistou a vitória através da ajuda do bloco socialista que conseguiu se aliar a Cuba. Nesse ínterim, foi possível perceber impactos regionais e internacionais, uma vez que, derrotados os norte-americanos e sul-africanos ocasionou grandes mudanças políticas nos dois países, como a reação conservadora nos Estados Unidos e o fim do regime do Apartheid na África do Sul, quanto a URSS a mesma conseguiu com a ajuda de Cuba que acabou por consolidar suas relações com a África e com o Terceiro Mundo.

Com base nesses resultados, tanto a África quanto os países de Terceiro Mundo saíram fortificados, posto que com a queda do colonialismo era possível obter novas formas de desenvolvimento, e se tornar uma força importante na balança do Sistema Internacional. Além disso, possibilitaria o aumento da interação entre novos atores com o continente africano contribuindo para o empoderamento, ou seja, para o aumento do seu poder de barganha junto a atores tradicionais como a China, Índia, Rússia, Oriente Médio, e Cuba.

Dessa forma, os estudos sobre a descolonização ajudam a compreender melhor o posicionamento Africano no sistema internacional, e o porquê de tanto interesse em relação à África. Além disso possibilita um aumento da interação entre os novos atores com o continente africano e promove a autonomia do continente, elevando o poder de barganha junto a atores tradicionais. Mas, é necessário se ater a essa “ajuda” internacional, em que segundo

estudos pós-coloniais a condição de colônia reverberou na sua condição de Estado enquanto conjuntura e estrutura, posto que, a independência não significou o fim da era colonial e sim um upgrade de sua dominação, em que as metrópoles hegemônicas possuem novos arranjos de manutenção de benefícios.

Logo, o pós-Colonialismo se torna um marco no debate das Relações Internacionais porque ele se contrapõe com as demais teorias, sobre o papel da visão do Ocidente em relação ao Oriente como "Outro", dando voz ao oprimido, ao mesmo tempo em que também dá destaque ao Ocidente, já que o mesmo tentará explicar a sua visão sobre si mesmo.

Porém, ao começar o debate pós-colonial na "modernidade tardia", o indivíduo tende a buscar sua identidade, ocasionando na "crise de identidade". Para os Angolanos, essa transição cultural e temporal é bastante difícil, tendo em vista o caráter ainda mutável do momento e das coisas. Por causa, da utopia exploratória que fora forjada por anos pelo colonizador, ao se romper o regime colonial os angolanos caem em uma crise identitária, suscitando na perda do paradigma que os levaram a lutar pela liberdade. Resultando, em uma sociedade composta por pessoas de identidades diferentes, que agem de acordo com o departamento em que estão engajados, a classe em que estão, os interesses dos defensores, as crenças políticas e ideológicas defendidas ou as tradições e preceitos raciais e / ou étnicos que eles promovem.

Todas essas mudanças serviram como ruptura da fronteira entre colonizador e colonizado, mas por outro ângulo, reafirmou a fronteira de interesses e classes entre os angolanos, produzindo não somente uma única identidade, como também identidades binárias. Quanto a essas novas identidades culturais, há mais perguntas que respostas. Portanto, devem ser reanalisadas e reelaboradas com base na teoria pós-colonial, a qual analisa a história através das vozes silenciadas, que neste trabalho remete ao povo angolano.

7. REFERÊNCIAS

ACERVOS ON-LINE DE ORGANIZAÇÕES OFICIAIS:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA – **Direção de Serviços de Documentação e Informação**. Acervo on-line de Debates Parlamentares. Disponível em: <http://www.debates.parlamento.pt?pid=r2>. Acesso: 20, set. 2019

FALQUE, Juan (Produção e direção). **! Piratas! A verdade sobre os piratas da Somália. Saiba quem realmente são os piratas**. Disponível em: http://canhotagem.blogspot.com/2011/09/quem-sao-os-verdadeiros-piratas.html Acesso 02.12.2011.

ONU. **Territórios sob a administração portuguesa (1974-1995)**. Documentos da Assembleia Geral e Conselho de Segurança. Disponível em http://www. guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/un.sfw. Acesso: 20, set. 2019.

SILVA, Zoraide Portela. **Guerra Colonial e Independência de Angola: O fim da guerra não é o fim da guerra. Revista Transversos**. "Dossiê: História Pública: Escritas Contemporâneas de História". Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 154-184, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. Acesso: 20, set. 2019.

MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 123-137. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.Acesso em 15, dez..2019.

MARQUEZ, Gabriel Garcia**. Operation Carlota**. New Left Review I/101-112, January-April 1976. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/?page=article&view>. Acesso em 15, dez.2019.

BEZERRA, Juliana. **Revolução dos Cravos** [online]. Toda Matéria. Artigo revisado em 26/04/19. Disponível em : <https://www.todamateria.com.br/revolucao-dos-cravos/> Acesso em 12, fev..2019.

BEZERRA, Juliana**. Revolução Russa 1917** [online]. Toda Matéria. Artigo revisado em 26/04/19. Disponível em :<https://www.todamateria.com.br/revolucao-russa/> Acesso em 12, fev..2019.

OBRAS DE REFERÊNCIA:

AFONSO, A. & Gomes, C. (2000). **A Guerra Colonial** . Lisboa: Editorial Notícias.
AGUALUSA, José Eduardo. **Fronteiras perdidas: contos para viajar**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
ALTMAN, Max. **Hoje na História:1975-MPLA proclama a independência de Angola**. Opera Mundi.2010.

AUGUSTONI, Prisca; LUIZ Anderson Viana: **A identidade do sujeito na fronteira do pós-colonialismo em Angola**; IPOTESI, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 189 - 205, jul./dez. 2010

ALÓ, C. M. **Angola: Lugar de Castigo ou Jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes (séc. XIX)**. Tese de mestrado apresentado na Universidade da Brasília em outubro de 2016.

BARBOSA, Weslley (BÀbÁ Weslley TÌ ÒgÚn). **Da África ao Brasil uma Cultura não Divulgada**. Aug 9, 2019.

BHABHA, H. K. **The location of culture**. Londres, Routledge. 1994.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998
BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, v.2, n.11, p.89-117, 2013.
BARKAWI, T; LAFFEY, M. "**The postcolonial moment in security studies".Review of International Studies**, vol. 32, 2006.
BEJA, Pedro Aguiar; **De restos do passado a rastros do presente: Uma perspectiva da historiografia portuguesa sobre a guerra colonial em Angola. XXI De História Nacional Simpósio, Contra os Preconceitos: História e Democracia**.

BERNARDINO AND GROSFOGUEL; Costa e Ramón: **Decolonialidade e perspectiva negra**. 01/02/2016.

BONACINA, Amabilly e SERPA, Rafaela. **A Revolução Angolana e seu Impacto Internacional**. Revista Perspectiva. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

BIRMINGHAM, D. **História de Portugal: Uma Perspectiva Mundial da História**. 1998.

BITTENCOURT, Marcelo. **"Estamos juntos": o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. 2 volumes. Tese (doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. **A Criação do MPLA. Estudos Afro-Ásiaticos**, Rio de Janeiro, n. 32, 1997, p. 185-208

CABRAL. Amilcar. **The Weapon of theory. Tricontinental Conference of the Peoples of Asia, Africa and Latin America held in Havana in January**, 1966. Acesso: 01.11.2011. 2.
CORREIA, Pedro de Pezarat. **Da descolonização. Do protonacionalismo ao pós-colonialismo**, (2017)

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)**. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais), Universidade Católica Portuguesa.

CANEDO, Letícia B.. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Unicamp, 1985.

CASANOVA, Pablo Gonzales. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estados e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA-UFRGS, 2017

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016 23

CHAZAN, Naomi; LEWIS, Peter; MORTIMER, Robert; ROTHSCHILD, Donald; STEDMAN, Stephen John. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CHOMSKY, Noam. Piratas & imperadores, antigos e modernos. **O terrorismo internacional no mundo real**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORONIL, Fernando. **Elephants in the Americas? Latin American pós-colonial studies and global decolonization**. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (Eds.). Coloniality at large: latin american and postcolonial debate, p. 396-416. Durhan; London: Duke University Press, 2008.

CORONIL, F. **Listening to the Subaltern: The Poetics of Neocolonial States**. Em: Poetics Today, vol. 15, n. 4, Loci of Enunciation and Imaginary Constructions: the Case of (Latin) America. Duke University Press. 1994.
_____ . **Beyond Occidentalism: Toward Nonimperial Geohistorical** Categories. Em: Cultural Anthropology, vol11, n.1. American Anthropological Association. 1996.
_____. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. Em: Lander, E**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO. 2005.
DAVIS, Nathaniel. **The Angola decision of 1975: A personal memoir**. Foreign Affairs, Vol.57, No. 1 (Fall, 1978), pp. 109-124.

DELIBERALI, Daniel. **Estado e Poder em Angola: A Trajetória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Construção do Estado Angolano (1956-1992)**. Santana do Livramento, 2016.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p.. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005. ———— . 1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad (conferencias de Frankfurt, octubre 1992). Bolivia: Plural Editores, 1994.

DÖPCKE , W. **A vida longa das linhas retas. Cinco mitos sobre as fronteiras África Negra**. Revista Brasileira de Política Internacional. 42 (1): Brasília,1999, 77-109.

DUSSEL, E. **Filosofia de Liberación**. México, Edicol. 1977.
_____ . **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Em: Lander, E (org.) A **colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires,CLACSO. 2005.
ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano**. Tabula Rasa, n. 1, p. 51-86, Ene.-Dic. 2003.

FERREIRA, Oliveiros. **Ordem pública e liberdades políticas na África negra**. Revista Brasileira de Estudos Sociais e Políticos. n.20, Belo Horizonte, Faculdade de Direito da UFMG, 1961.

FERREIRA, Roquinaldo. **ESCRAVIDÃO E REVOLTAS DE ESCRAVOS EM ANGOLA (1830-1860)**. Revista Afro-Ásia. Rio de Janeiro. 1998-1999.

FERNANDO, E. (2012). Jonas Savimbi – **No lado errado da História**. Alfragide: Dom Quixote.

FANON, Frantz. (2005), **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

FILHO, Pio Pena. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek - 1956-1961: ensaio de mudança**. UnB - Departamento de História, dissertação de mestrado, 1994.

FRANCISCO, Alberto A. C. **A Política Externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, 2013, 129 p. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/14727>. Acesso em: 13 ago. 2016.

GONÇALVES, Antônio C. **Identidades Culturais e Emergência do Nacionalismo Angolano (1885-1930)**. Africana Studio, Centro de Estudos Africanos, FLUP, nº 2, 1999, p. 47-60.

GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonizing werstern uni-versalisms: decolonial pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas**. Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World. Merced, v. 1, n. 3, p. 88-104, Set.- -Dez. 2012.

———— . **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GUHA, Ranajit (Ed.). **A subaltern studies reader (1986-1996)**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais**, p. 101-131. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HALLIDAY, Fred. **Cold War, Third World**. Londres: Radius/Hutchinson, 1989.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM. Eric J. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras. Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

HÖRING, Jéssica da Silva. **Os Movimentos de libertação nacional em Angola: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975- 2002)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

IBRAIM, Adriano; SOUZA, Ramos; FLAVIO, Denio Garcia da Silva; DILLMAN, Mariana; SERGIO Mauro Guedes; LEITE Sheila C.; **Guerra Civil e o Desenvolvimento Económico em Angola**; Revista de Economia, Anápolis, v.7, n.2, p. 1-21, jul./dez. 2011

KISSINGER, H. **(1996). Diplomacia**. Lisboa: Ed. Gradiva.
LANDER, Edgardo (Org**.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana**, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005

LARA, L. (1997). **Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Um Amplo Movimento** . Vol. II. Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara.

LARA, L. (2006). **Um Amplo Movimento** . Vol. II. Luanda: Edição Lúcio Lara.
LARA, L. (2008). **Um Amplo Movimento**. Vol. III. Luanda: Edição Lúcio Lara.
LARA, A (2011). **Ciência Política - Estudo da ordem e da subversão**. 6ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano. A agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Unesp, 2005.
MAMA, Amina. **Conhecimento, cultura e identidade. In.: Sociedade do conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília, DF: UNESCO, SESI, 2005.
M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (Eds.). **Coloniality at large: latin american and pos-colonial debate**. Durhan; London: Duke University Press, 2008.

MONICA, Ana Henrique Lopes. Dossiê – II Seminário Sankofa **"Descolonização e Racismo: atualidade e crítica" "Neocolonialismo na África"**; Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano IV, Nº 8, Dezembro/2011.

N´KHRUMAH, K. (1977). **A África deve unir-se**. Colecção Terceiro Mundo e Revolução, Série II,N.º 1. Lisboa: Ed. Ulmeiro
NKRUMAH, K. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
NOER, Thomas J. **International credibility and political survival: The Ford Administration's intervention in Angola**. Presidential Studies Quaterly, Center for the Study of the presidency and Congress, Vol. 23, No. 4, (Fall, 1993), pp. 771-785.

NUNES, A. (2002). **Angola (1966 – 1974) – Vitória Militar no Leste**. Lisboa: Editora Tribuna.
NUNES, A. (2005). **Angola 1965 – Da Baixa do Cassange a Nambuangongo**. Lisboa: Editora Prefácio.

OLIVEIRA, Ricardo S. **Business success, Angola-style : postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol** . Journal of Modern African Studies, 45, 4. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007, pp. 595–619.
PEPETELA**. A geração da utopia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994)**. Cap. 2, pp.35-64. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (orgs). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. (dissertação de mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PIFERO, Alexandre Spohr; STADNIK, Marjorie; MEDEIROS, Klei; **Relações Internacionais para Educadores "África em Foco"** Porto Alegre, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares. **"A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África"**. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo.2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. New York, 2011.

PORTELA, Zoraide Silva; **Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra não é o Fim da Guerra**; Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In:

ROCHA, E. (2009). **Angola: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964)**. Lisboa: Dinalivro.
SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge, 2013.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, Márcia. **A Independência de Angola**. Brasília: FUNAG, 2008.

SILVEIRA, Maria A. F. **Dos Nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945-1961)**. Tese (Doutorado em História), Universidade do Porto, 2011.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão interna na África antes do tráfico negreiro**. VÉRTICES, ano 5, Nº 2, maio / ago, 2003.

TINHORÃO, José Ramos**. Os negros em Portugal**. Lisboa: Caminho, 1988.

VISENTINI, Paulo, **A Guerra Fria. O desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010).** Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: o sistema inter-africano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. MARTINS, José Miguel Quedi. RIBEIRO, Luiz Dario. GROHMANN, Luís Gustavo. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto regional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

VISENTINI, PGF. **Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)**. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 123-137. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub.

WESTAD, Odd Arne (Ed.) . **The Global Cold War**. Cambridge: Cambridge, 2005.